

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2021

(Processo Administrativo de Licitação nº 57/2021)

MUNICIPIO DE BOCAINA DO SUL, inscrito no CNPJ nº 01.606.852/0001-90, com sede a Rua João Assink nº 322. Centro, em Bocaina do Sul, estado de Santa Catarina. nesse ato representado pelo Prefeito JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA, e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL - SC, inscrito no CNPJ sob nº 11.679.183/0001-30, com sede na Rua João Assink, 456, Centro, em Bocaina do Sul - SC, neste ato representado pela gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sr. ADRIANY LUCIANO, por meio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a "aquisição de Combustível para abastecimento da frota municipal no exercício financeiro de 2022", nos termos desse edital. Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município -Rua João Assink, 322, Centro. O Credenciamento será feito a partir das 08h30min do dia 22.12.2021. Abertura da sessão será às 14h00min do mesmo dia. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal n.º 10.520/2002, bem como pela Lei Federal n.º 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome do município de Bocaina do Sul, conta-corrente nº 545.746-7, agência 5215-9, do Banco do Brasil, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio http://www.bocaina.sc.gov.br. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitacao@bocaina.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio http://www.bocaina.sc.gov.br para obter informações sobre esta licitação. Durante o período de recesso da Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul. que ocorrerá de 23 a 31 de dezembro de 2021, havendo a necessidade de consulta ao processo físico ou necessidade de esclarecimentos, na forma do Edital, poderá ser agendado atendimento mediante o telefone de plantão, de n. (49) 99104-9926. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitação@bocaina.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio http://www.bocaina.sc.gov.br para obter informações sobre esta licitação.

1 - DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de combustível, para abastecimento da frota municipal no exercício de 2022 de acordo com as especificações do Anexo II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.
- 1.2 Os abastecimentos deverão ocorrer de forma parcelada, de acordo com a



necessidade da Contratante e mediante Autorização de fornecimento, nos termos e condições do edital.

1.3 Caberá a Contratada promover o abastecimento dos veículos, por profissional habilitado, não cabendo à Contratada qualquer responsabilidade quanto ao manuseio dos produtos.

2 – DA CONSULTA, DAS INFORMAÇÕES E DA AQUISIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

- 2.1 O processo de licitação, com o Edital e seus anexos, poderá ser <u>consultado</u> sem qualquer custo, por qualquer interessado, junto ao Setor de Licitações, situado no Paço Municipal, localizado na Rua João Assink, 322, Centro do Município de Bocaina do Sul SC, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13:00h às 17:00h.
- 2.2 Os interessados na <u>aquisição</u> do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul, conta-corrente nº 545.746-7, agência 5215-9, do Banco do Brasil, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao junto ao sítio http://www.bocaina.sc.gov.br.
- 2.3 O Pregoeiro prestará os <u>esclarecimentos</u> necessários, inclusive os de caráter estritamente técnicos, e responderá às <u>dúvidas</u> e <u>questionamentos</u> suscitados exclusivamente por e-mail, através do endereço <u>licitacao@bocaina.sc.gov.br</u>, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, e confirmados na forma do item 3.4.
- 2.4 Os <u>esclarecimentos</u> mais corriqueiros, de maior relevância e acerca da <u>interpretação</u> do edital poderão ser disponibilizados no sítio <u>http://www.bocaina.sc.gov.br</u>, ocasião em que seu conteúdo vinculará as decisões do Pregoeiro, considerando-se integrantes deste edital, pelo que será responsabilidade do interessado consultar referido sítio antes da participação na licitação.
- 2.4.1 Caso a resposta do Pregoeiro implique modificação/alteração do edital, proceder-se-á de acordo com o § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.
- 2.5 Os interessados deverão consultar o sítio da Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul http://www.bocaina.sc.gov.br para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

3 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 3.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, por meio do endereço eletrônico <u>licitacao@bocaina.sc.gov.br</u> ou protocoladas no Setor de Licitações, situado no endereço indicado no Preâmbulo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para sessão do pregão.
- 3.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.1.
- 3.2 O Pregoeiro opinará, de forma fundamentada, pela procedência ou improcedência das impugnações, podendo antes ouvir a Equipe de Apoio, e serão



decididas pela Autoridade Superior, em 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da impugnação.

- 3.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do Edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.
- 3.4 As mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado no item 3.1 poderão ser consideradas pelo provedor como *spans* ou não ser recebidas devido a suspeita de ameaça digital. É responsabilidade de o impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (49) 3228-0047, ramal 205, durante o horário de expediente, caso não tenha recebido a confirmação de recebimento imediatamente ao envio.
- 3.5 A impugnação não impedirá o impugnante de participar desta licitação até decisão definitiva, salvo se considerado inabilitado ou apresentar as restrições à participação, nos termos deste edital.
- 3.6 Qualquer interessado nesta licitação poderá, mesmo após o prazo do item 3.1, protocolar, sem efeito de recurso, informação de ilegalidades que viciariam este edital, apenas para efeitos de possibilitar à Administração Pública rever seus próprios atos (autotutela).
- 3.7 Se procedente e acolhida a impugnação do edital, será comunicada a decisão por meio do sítio http://www.bocaina.sc.gov.br, procedendo-se aos ajustes necessários no edital e designando-se nova data para a realização do certame, publicando-se o aviso nos mesmos meios de divulgação inicialmente utilizados.

4 – DOS PRAZOS DE VALIDADE DA PROPOSTA, DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS.

- 4.1 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, período em que os proponentes ficarão obrigados aos seus termos, só sendo liberados dos compromissos decorrentes deste edital se não forem convocados para a contratação neste período.
- 4.2 O prazo de vigência do(s) contrato(s) decorrente(s) desta licitação ficará adstrito aos respectivos créditos orçamentários do ano base de 2022.
- 4.3 O prazo para a entrega será de acordo com a Minuta Contratual do Anexo IV, parte integrante deste edital.

5 – DO PAGAMENTO, REAJUSTE, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DE VALORES

- 5.1 O pagamento, reajuste, revisão e atualização de valores serão realizados conforme Minuta Contratual constante no Anexo IV, parte integrante deste edital
- 5.2. Os pagamentos será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias contado(s) após a emissão da nota fiscal e atestado de recebimento dos produtos/serviços;



- 5.3. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato e demais Documentos inerentes ao Processo.
- 5.4. O(s) pagamento(s) poderão ser liberador somente após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação integral de todas as responsabilidades trabalhistas e previdenciárias, inclusive FGTS dos funcionários envolvidos, ficando desde já o ente público isento do recolhimento de quaisquer verbas em eventual reclamação trabalhista.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão a conta da dotação assim consignada no orçamento vigente para o Exercício de 2022:

Cod	Uni. Orç	Pro ativ	Elemento	Compl	Saldo Dotação R\$
5	02.01	2003	3390	33903001000000	38.801,00
351	01.01	2051	3390	33903001000000	6.936,40
340	10.01	2061	3390	33903001000000	13.898,00
304	10.01	2050	3390	33903001000000	9.703,40
304	10.01	2050	3390	33903001000000	9.703,40
302	10.01	2050	3390	33903001000000	9.703,40
301	10.01	2050	3390	33903001000000	9.703,40
300	10.01	2050	3390	33903001000000	9.703,40
272	07.01	2043	3390	33903001000000	50.594,90
271	07.01	2043	3390	30903001000000	82.537,50
269	07.01	2043	3390	33903001000000	279,921,20
266	07.01	2044	3390	33903001000000	2.084,70
265	07.01	2044	3390	33903001000000	19.796,40
264	07.01	2044	3390	33903001000000	48.001,80
230	07.01	2048	3390	33903001000000	2.084,70
218	07.01	2040	3390	33903001000000	19.822,50
122	05.01	2021	3390	33903001000000	55.845,00
352	10.01	2051	3390	33903001000000	9.008,50
121	05.01	2021	3390	33903001000000	69.567,50
89	05.01	2018	3390	33903001000000	12.460,50
56	04.01	2012	3390	33903001000000	31.825,00
20	03.01	2009	3390	33903001000000	20.847,00
120	05.01	2021	3390	33903001000000	224.867,00
355	10.01	2051	3390	33903001000000	6.241,50
119	09.01	2080	3390	33903001000000	7.379,84
118	09.01	2080	3390	33903001000000	4.996,33
117	09.01	2080	3390	33903001000000	4.996,33
96	09.01	2075	3390	33903001000000	14.914,13
94	09.01	2075	3390	33903001000000	6.142,74
93	09.01	2075	3390	33903001000000	14.914,13
50	09.01	2063	3390	33903001000000	39.895,20
49	09.01	2063	3390	33903001000000	29.701,40



48	09.01	2063	3390	33903001000000	20.320,25
47	09.01	2063	3390	33903001000000	20.320,25
46	09.01	2063	3390	33903001000000	89.591,70
45	09.01	2063	3390	33903001000000	62.440,20

7 – DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS

- 7.1 As empresas regularmente constituídas e interessadas em participar da presente licitação deverão atender as condições deste edital e <u>deverão participar isoladamente</u>, não se permitindo consórcios.
- 7.2 A participação nesta licitação enseja na aceitação plena das disposições deste edital e de todos os seus anexos.
- 7.3 Não poderá participar da presente licitação o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nem a pessoa que seja sócia ou que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com o pregoeiro ou qualquer dos membros da equipe de apoio.
- 7.4 Não poderão participar da presente licitação também a pessoa que esteja cumprindo a sanção de <u>suspensão</u> temporária do direito de participação em licitação (art. 87, inciso III, da Lei de Licitações); ou de <u>impedimento</u> de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios (art. 7º da Lei 10.520/2002); <u>ou que tenha sido declarada inidônea</u> para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade após o decurso do prazo mínimo de dois anos (art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93).
- 7.5 O interessado em participar da presente licitação deverá assinar declaração, sob as penas da lei, de acordo com o modelo constante no Anexo VIII, no intuito de provar não estar enquadrado nas situações descritas nos itens 7.3 e 7.4, acima.
- 7.6 Não poderá participar da presente licitação pessoa ou empresa com sócio majoritário que tenha sido condenado por ato de improbidade administrativa previsto na Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, pelo prazo fixado na sentença judicial correspondente, pelo que deverá o licitante assinar declaração, sob as penas da lei, de não haver tal impedimento, de acordo com o modelo constante no Anexo VII.
- 7.7 Devido à pandemia de coronavírus (COVID-19) reconhecida em caráter internacional e em todas as esferas de governo no Brasil, só poderão se fazer presentes à sessão as pessoas que observarem as medidas sanitárias e de saúde em vigência na data da sessão, conforme leis, decretos e regulamentos em vigor (federal, estadual ou municipal), especialmente as dos Decretos Municipais n. 3.062, de 14 de abril de 2020, n. 3.090, de 1º de junho de 2020, n. 3265 de 15 de março de 2021, bem como demais normas que os altere, sempre disponível no sítio eletrônico do Município informado no preâmbulo (principalmente no que se refere ao uso obrigatório de máscaras, utilização de higienização pessoal por álcool em gel e distanciamento mínimo de dois metros entre as pessoas). O poder público poderá disponibilizar máscaras, álcool em gel e outras medias ou insumos necessários à realização das sessões deste edital.



7.8 As declarações de que tratam os itens 7.3, 7.4 e 7.5 deverão ser apresentadas juntamente com os documentos relativos ao credenciamento.

8 - DO CREDENCIAMENTO

- 8.1 Quando o interessado for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar cópia de sua Cédula de Identidade, do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social em vigor, com as alterações contratuais vigentes, onde conste a mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como o objeto social, a qualificação dos atuais sócios e a administração da sociedade, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- 8.2 Caso seja representada por procurador ou preposto, este deverá apresentar procuração ou carta de credenciamento (podendo utilizar o ANEXO IX como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, contendo obrigatoriamente cópia da respectiva Cédula de Identidade do outorgante e outorgado, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 8.1, a fim de comprovar os poderes do outorgante.
- 8.3 O interessado em se credenciar para participar da presente licitação ainda deverá apresentar Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo do ANEXO III.
- 8.4 Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 8.1, 8.2 e 8.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.
- 8.5 Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.
- 8.6 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem valer-se dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também (fora dos Envelopes nº 01 e 02, referentes respectivamente aos documentos de proposta e habilitação), DECLARAÇÃO (assinada pelo contador da empresa, sob as penas da lei, podendo utilizar o modelo do ANEXO VI deste Edital), ou Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.6.1. Os documentos estabelecidos nesse item devem ser apresentados no ato do credenciamento, ou seja fora dos envelopes de proposta e/ou habilitação.
- 8.7 Nenhuma pessoa, física ou jurídica, poderá representar mais de um licitante.
- 8.8. No ato do credenciamento, para fins de comprovação da legitimidade daqueles que promoveram as assinaturas dos documentos, bem como para fins de atestar a capacidade postulatória, deveram as licitantes apresentar cópia do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social em vigor, com as alterações contratuais vigentes, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de



sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, bem como cópia da sua Cédula de Identidade, de quem promoveu as assinaturas dos documentos exigidos no edital (declarações, propostas e credenciamentos).

- 8.9. Em todas as hipóteses para fins de comprovação das alterações empresarias vigentes, deverá a empresa licitante apresentar Copia da Certidão Simplificacada emitida pelo órgão registrador ou instrumento compatível, atestando a vigência dos instrumentos apresentados.
- 8.10. As declarações de que tratam os itens 7.3, 7.4 e 7.5 deverão ser apresentadas juntamente com os documentos relativos ao credenciamento.
- 8.11. A ausência de credenciamento, ou credenciamento apresentado de forma irregular, impede a representação da empresa nos atos subsequentes dos certame.
- 8.11.1. Nesse caso poderão ser aceita as propostas, da empresa não credenciada, desde que estejam assinadas comprovadamente por representante legal (estatuto ou contrato social), ficando vedada a pratica de lances.
- 8.11.2. No caso da proposta ter sido assinada por pessoa não legitima, ou constante em credenciamento irregular, as propostas não serão aceitas, por falta de legitimidade para apresentação de propostas.

9 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

- 9.1 A entrega dos envelopes nº 01 (proposta) e nº 02 (habilitação) deverá ocorrer no Setor de Licitações, situado no Paço Municipal, na Rua João Assink, 322, Centro, conforme dia e hora designado no preâmbulo deste edital.
- 9.2 Poderão também ser remetidos os envelopes por correspondência registrada, por sedex, despachados por empresas que prestem serviços similares, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravios, atrasos ou qualquer outro problema na documentação.
- 9.3 Poderão ainda os documentos ser entregues pessoalmente à Pregoeira ou a um membro da Equipe de Apoio, no Setor de Licitações, até a hora da sessão referida no preâmbulo, sem qualquer tolerância quanto ao prazo de entrega dos envelopes.

10 - DA PROPOSTA

10.1 – A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, lacrado em seus fechos, indevassável, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº44/2021 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

- 10.2 A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:
- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo as especificações detalhadas dos



produtos cotados, segundo as exigências mínimas deste Edital e seus anexos;

- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e, se for o caso, da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários e totais, por item; e
- e) indicar as marcas dos itens cotados:
- f) Informações bancárias para futuros pagamentos (banco, agencia,conta);
- 10.2.1 A proposta também <u>deverá</u> ser apresentada em *Pendrive* ou CD através do sistema Betha Compras-Autocotação, disponível para *download* aos licitantes na página <u>www.betha.com.br</u>, nos *link's* 'produtos', 'atualizações', 'sistemas para downloads', 'Compras-Autocotação', facilitando assim o cadastro das propostas ante o elevado número de itens licitados. Maiores informações sobre este procedimento constam no Anexo II.

10.2.2 – A licitante que não apresentar a proposta também na forma do item '10.2.1' será desclassificada.

- 10.2.3 Não será obrigatória o cumprimento do item 10.2.2, qual se refere ao sistema AutoCotação, para licitação com numero menor de 05 (cinco) itens.
- 10.3 Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;
- 10.4 Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital para maior celeridade da análise das propostas e redução de riscos de erros de elaboração das mesmas.
- 10.5 Não é obrigatório o comparecimento pessoal ou de representante para acompanhar o processamento da licitação, podendo optar pelo envio dos envelopes na forma do item 8. Nestes casos, porém, o licitante não terá direito de participar da fase de lances sucessivos, nem de apresentar recurso administrativo quanto aos julgamentos da proposta e habilitação, conforme art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei 10.520/2002.
- 10.6 Deverão também ser apresentados as informações e documentos solicitados e descritos no termo de Referencia Anexo II desse edital

11 – DA HABILITAÇÃO

11.1 – Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, lacrado em seus fechos, indevassável, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2021 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

11.2 – Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos documentos relacionados nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3.



- 11.2.1 Para o licitante que optar por não se fazer presente à sessão e, portanto, não se credenciar na forma do item 8, será necessário constar dentro do envelope de <u>habilitação</u> os documentos necessários à comprovação da <u>HABILITAÇÃO JURÍDICA</u>, consistentes nos documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.6, em via original ou autenticada em cartório ou pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio.
- 11.2.2 A comprovação da REGULARIDADE FISCAL será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do município de Bocaina do Sul;
- f) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- g) Prova de Certidão Negativa de Débitos de Trabalhistas (CNDT);
- h) Declaração do licitante de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos), conforme ANEXO V;
- i) Licença Ambiental para comercialização/fornecimento e/ou operação da empresa fornecedora:
- j) Por se tratar de itens de que se <u>enquadram na Resolução ANP n. 41, de 05/11/2013,</u> será exigida a autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de <u>combustíveis automotivos</u>;
- 11.3 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. <u>Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fax.</u> Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.
- 11.4 Por força do disposto no art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal (das alíneas "a" a "g" do item "11.2"), mesmo que a documentação apresentada indique alguma restrição.
- 11.5 Por força do § 1º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da <u>regularidade fiscal</u> por microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 11.5.1 O benefício de que trata o item 11.5, não se estende a prova de regularidade trabalhista, subitem 11.2.2., do item 'g', do presente edital.
- 11.6 A microempresa ou a empresa de pequeno porte que não regularizar a documentação relativa à regularidade fiscal, no prazo estabelecido no item "11.5",



decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a presente licitação, conforme § 2º, do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

- 11.7 A certidão que não constar data de validade expressa será considerada válida por 60 (sessenta) dias a contar de sua emissão.
- 11.8 A certidão apresentada com data de validade vencida gera a inabilitação do licitante, salvo item 11.5.
- 11.9 A apresentação do Certificado de Registro Cadastral CRC não dispensa o licitante de apresentar os todos os documentos estipulados no edital do respectivo certame, mas substitui os documentos referidos expressamente no CRC cujas datas de validade ainda constem referidas como vigentes.
- 11.9.1 Qualquer licitante poderá solicitar ao Pregoeiro que esta consulte as informações disponibilizadas no sistema informatizado Betha Compras quanto aos CRC's apresentados pelos licitantes, diretamente e durante a sessão de habilitação, e o que se verificar será reduzido a termo na respectiva ata.
- 11.9.2 Obriga-se o licitante com CRC a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

12 - DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 12.1 No dia, hora e local designados no Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de Credenciamento, conforme disposto no Item 8.
- 12.2 Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para a habilitação.
- 12.3 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.
- 12.4 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

12.4.1 - <u>Será desclassificada a proposta para o item que apresentar valor</u> superior aos valores constantes no anexo II.

12.4.2 – Não será motivo para a desclassificação quando a proposta omitir informações consideradas necessárias por este edital, mas que já constem no documento de credenciamento ou quando seja possível suprir a falha em prazo a ser fixado pelo Pregoeiro, desde que não se refiram ao preço unitário, marca ou validade, quando exigidos.



- 12.5 No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.
- 12.6 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 12.7 A oferta dos lances deverá ser efetuada, por item, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos precos.
- 12.7.1 O licitante deverá adequar o item e dos respectivos itens para que, a cada lance, o valor de cada item corresponda ao valor total do item.
- 12.8 <u>Dos lances ofertados não caberá retratação</u>.
- 12.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.
- 12.10 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 12.11 Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço máximo fixado pelo edital ou acima do valor de mercado apurado e juntado nos autos do processo.
- 12.12 O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.
- 12.13 Encerrada a fase de lances sucessivos, caso haja proposta de microempresa ou de empresa de pequeno porte que se mostre igual ou superior em até 05% (cinco por cento) da proposta apresentada com melhor classificação, estas poderão exercer o direito de preferência conferido pelo art. 44, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caso manifestem interesse em apresentar nova proposta que se apresente mais vantajosa para a Administração Pública, cobrindo àquela finalizada e até então melhor classificada.
- 12.13.1 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1° e 2° do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 12.14 Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições de habilitação.



- 12.15 No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.
- 12.16 Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.
- 12.16.1 Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item
- 12.16.2 O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes classificados, pelo prazo de 90 (noventa) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, no prazo de mais 30 (trinta) dias, sob pena de inutilização dos mesmos.
- 12.17 Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

13 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1 – A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S)

14.1 – O licitante declarado vencedor e que vier a firmar o contrato decorrente desta licitação fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o(s) acréscimo(s) ou a(s) supressão(ões) que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' e § 1º, da Lei 8.666/93.

15 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 15.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante de acordo com o item 15.1 importará a decadência do direito de recurso.
- 15.3 Caberá, também, recurso administrativo nas hipóteses do art. 109 da Lei 8.666/93, processando-se conforme as determinações desta lei, no que couber.
- 15.4 Não sendo interpostos recursos quanto ao julgamento das propostas, ou decididos os recursos, seguirá para a adjudicação do objeto da licitação pelo



pregoeiro ao vencedor, por item, seguindo-se à apresentação do resultado ao Prefeito Municipal para a homologação.

- 15.5 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), terá(ão) efeito suspensivo quando for referente à habilitação ou inabilitação de licitante e contra o julgamento da proposta.
- 15.6 Interposto recurso, proceder-se-á de acordo com os §§ do art. 109 da Lei 8.666/93.
- 15.7 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, ou o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida ao participar deste certame, sujeitando-se às penalidades do art. 7º da Lei 10.520/2002, consistindo no impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo de multa à adjudicatária de até 10% (dez por cento) sobre o valor do total da(s) sua(s) proposta(s) declarada(s) vencedora(s) e demais cominações da Lei 8.666/93.
- 15.8 A interposição de recursos e a apresentação de contra-razões poderão ser realizadas na formado dos itens 3.1 e 3.4.
- 15.9. A Impugnação ao ato convocatório poderá ser protocolada no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, e deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, Setor de Licitações e Contratos, aos cuidados do Pregoeiro e Equipe de Apoio, obrigatoriamente acompanhado de cópias autenticadas do Ato Constitutivo do Outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do Outorgado, nos termos do artigo 41 da Lei 8.666/93 e demais dispositivos e diplomas complementares legais;
- 15.10. Os recurso administrativo encaminhada via e-mail, a critério do pregoeiro e equipe de apoio, poderão ser analisado e atendido, somente posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes conferidos ao signatário e da cópia do documento de identidade do Outorgado, ocasião essa qual será informada em resposta ao e-mail recebido com o recurso;
- 15.11 O(s) recurso(s) e/ou impugnação(ões) precluso(s) e intempestivo(s) não será(ão) conhecido(s).

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.



- 16.2 O Município de Bocaina do Sul reserva-se no direito de contratar no todo ou apenas parte dos quantitativos licitados, bem como revogar a presente licitação, sem que caiba a qualquer licitante indenização de qualquer espécie.
- 16.3 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:
- a) ANEXO I Credencial;
- b) ANEXO II Termo de Referencia e Descrição dos Itens e Proposta de Preços;
- c) ANEXO III Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV Minuta do Contrato:
- e) ANEXO V Declaração do licitante de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- f) ANEXO VI Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- g) ANEXO VII Declaração de ausência de impedimentos decorrentes da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992 (improbidade administrativa).
- h) ANEXO VIII Declaração de ausência de impedimentos relacionados no art. 9º da Lei 8.666/93 e nos itens 7.3 e 7.4 deste Edital.
- 16.4 A ausência das declarações a que se referem os Anexos VII e VIII, na fase de credenciamento, impediram o licitante da participação das fases posteriores, desde o credenciamento até a contratação.
- 16.5 Para facilitação dos trabalhos do Pregoeiro e Equipe de Apoio os licitantes poderão acrescentar às suas documentações seu endereço completo, número de fax e de telefone, *site*, e e-mail para contato, sem que isso venha a ter qualquer interferência no julgamento das propostas, porém, o e-mail ali informado poderá servir de veículo de comunicação dos atos do Pregoeiro.
- 16.6 As datas das sessões poderão ser remarcadas para atendimento de interesse do Município, assim como as disposições deste edital poderão ser alteradas, obedecidas as exigências legais para tanto, sem que caiba qualquer indenização ou reclamação dos licitantes.
- 16.7 Fica eleito o foro da Comarca de Lages para dirimir qualquer conflito que porventura possa decorrer deste Edital.

Bocaina do Sul, 08 de Dezembro de 2021.

João Eduardo Della Justina Prefeito Municipal



ANEXO I CARTA DE CREDENCIAMENTO

Processo administrativo: 57/2021 Pregão Presencial: 44/2021

À Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a)	de da de e
de de	
Carimbo do CNPJ	
Assinatura do Representante Legal da Empresa	
Nome:	



ANEXO II

Processo administrativo: 57/2021

Pregão Presencial: 44/2021

A) TERMO DE REFERÊNCIA

NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO DEVERÁ O FORNECEDOR, APRESENTAR <u>AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE REVENDA VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS</u>.

A CONTRATANTE PODERÁ AINDA, EXIGIR DA EMPRESA QUE VIER A SER CONTRATADA NESTA LICITAÇÃO, A APRESENTAÇÃO DE LICENÇAS INERENTE A ATIVIDADE A QUALQUER TEMPO, DURANTE O CURSO DA VIGENCIA DA CONTRAÇÃO, OU SE POR QUALQUER OUTRO MOTIVO, ESSA VIER A SER NECESSÁRIO.

O ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, DEVERÁ SER PROCEDIDO SOB A RESPONSÁBILDIADE DA CONTRATADA, POR PROFISSIONAIS HABILITADOS E TREINADO, EXIMINDO A CONTRATANTE DE QUALQUER RESPONSABILIDADE.

PODERÁ A CONTRATADA EXIGIR, AINDA, QUALQUER OUTRO DOCUMENTO OU LICENÇA QUE ENTENDER NECESSÁRIA, OU QUE A LEGISLAÇÃO VIGENTE PERMITA OU OBRIGUE PARA O EXERCICIO DA ATIVIDADE.

SE NO CURSO DA CONTRATAÇÃO, SE FIZEREM NECESSÁRIO, PODERÁ O MUNICIPIO SOLCITAR A CONTRATATA, INFORMAÇÕES E/OU COMPROVAÇÕES RELATIVAS AO ITEM FORNECIDO.

OS DOCUMENTOS ACIMA REFERIDOS PODERÃO SER EXIGIDOS PELA CONTRATANTE A QUALQUER MOMENTO DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL, PODENDO ENSEJAR O DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL COM AS CONSEQUENTES SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, NOS TERMOS DA MINUTA CONTRATUAL CONSTANTE NO ANEXO IX.

NA COTAÇÃO DOS PREÇOS PARA A PRESENTE LICITAÇÃO, OS PARTICIPANTES PODERÃO USAR NA INDICAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO (ATÉ TRES CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA), E NOS VALORES TOTAIS PODERÃO USAR (ATÉ DUAS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA), CASO A PROPONENTE UTILIZAR MAIS CASAS DECIMAIS DO QUE O PERMITIDO A PROPONENTE SERÁ DESCLASSIFICADA DO RESPECTIVO ITEM.

PARA A EMISSÃO DE NOTA FISCAL O FORNECEDOR DEVERA ADOTAR AS REGRAS DE ARREDONDAMENTO, SENDO PERMITIDO APENAS DUAS CASAS APÓS A VIRGULA.



APRESENTAR A CONTRATANTE, QUANDO SOLICITADO POR ESSA, ATESTADO/CERTIFICADO DE GARANTIA DE QUALIDADE DO COMBUSTÍVEL

OS PRODUTOS DEVERAM SER ENTREGUES <u>DE ACORDO COM DE IMEDIATO</u> <u>DE ACORDO COM AS QUANTIDADE INSERIDAS NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.</u>

O FORNECIMENTO SOMENTE SERA PROCEDIMENTO MEDIANTE EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.



B) <u>DAS INFORMAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA PROPOSTA PELO</u> <u>SISTEMA DE AUTOCOTAÇÃO</u>

As empresas interessadas em participar desta licitação deverão solicitar o arquivo para preenchimento pelo sistema de autocotação referido no item '10.2.1' do edital, por meio do e-mail seguinte e-mail: licitação@bocaina.sc.gov.br

As licitantes são as únicas responsáveis pelo correto preenchimento de suas propostas e pelo correto funcionamento do *hardware* (CD ou *pendrive*), bem como de comunicar imediatamente a Pregoeiro (para o e-mail acima informado) de eventual inconsistência ou falha nos arquivos ou sistema disponibilizados.

O procedimento para a entrega da cotação dos preços em meio magnético é o seguinte: Entrar no seguinte endereço eletrônico:

<u>http://download.betha.com.br</u> Clicar em 'Compras-Autocotação', e baixar a 'versão ***'.

Instalação completa: Nome do arquivo: Completo-AutoCotação-20**.exe

Abrir arquivo, executar e clicar em 'avançar' até concluir a instalação.

Depois de solicitar o arquivo para o e-mail acima informado, deve-se copiar o arquivo AC_LICITACAO_PR_(NÚMERO DO PREGÃO)_*. COT para um CD ou pendrive e, em seguida, abrir no Programa Betha AutoCotação.

No programa, Arquivo/Abrir/Digitar marcas, valor unitário, salvar e imprimir. Dúvidas, entrar em contato com a Pregoeiro, na forma do edital.

C) <u>DESCRIÇÃO DOS ITENS E PROPOSTA DE PREÇOS</u>



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
57	/ 2021	Licitação: 44/2021- PR				
1	28527	DIESEL S 10 o combustível devera estar de acordo com as normas e diretrizes e normas prevista pela Agência Nacional do Petróleo - ANP	LIT	108.000,000	5,5340	597.672,00
2	28529	GASOLINA COMUM o combustível deverá estar de acordo com as normas e diretrizes e normas prevista pela Agência Nacional do Petróleo - ANP	LIT	45.800,000	6,9490	318.264,20
3	28528	DIESEL S 500 o combustível deverá estar de acordo com as normas e diretrizes e normas prevista pela Agência Nacional do Petróleo - ANP	LIT	79.000,000	5,4890	433.631,00
				TOTAL		1.349.567,20 1.349.567,20



ANEXO III

À Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL

Processo administrativo: 57/2021

Pregão Presencial: 44/2021

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

	_ <razão< th=""><th>SOCIAL</th><th>DA</th><th>EMPRE</th><th>SA)</th><th></th><th></th><th></th><th>CN</th><th>PJ</th><th>nº</th><th>_<</th></razão<>	SOCIAL	DA	EMPRE	SA)				CN	PJ	nº	_<
xxxxxxxxx	xxxx>, s	sediada e	m	<e1< td=""><td>NDE</td><td>REÇ</td><td>ОС</td><td>ОМІ</td><td>ERC</td><td>IAL></td><td>></td><td>,</td></e1<>	NDE	REÇ	ОС	ОМІ	ERC	IAL>	>	,
por	intermédio	de	Э	seu		rep	rese	entar	nte		le	gal,
Sr.(Sra.)					,	porta	ador	(a)	da	Cart	teira	de
Identidade	nº						е		d	0	C	CPF
0		,d	eclaro,	sob as	ре	nas	da	Lei	nº	10.	520,	de
17/07/2002	, que CUM	PRO PLE	NAMEN	NTE os r	equi	sitos	para	a su	ıa h	abilit	ação	no
presente pr	ocesso licita	ıtório.										
< CIDADE/I	ESTADO>, _	/_	/_									
Carimbo e a	assinatura											



ESTADO DE SANTA CATARINA Município de Bocaina do Sul

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO A SER FIRMADO COM O MUNICIPIO DE BOCAINA DO SUL – SC

PREGÃO Nº 44/2021

(Vinculado ao Processo Administrativo nº 57/2021)

Pelo presente instrumento, de um lado o MU	INICIPIO L	DE BOCIANA	i DO SUL, i	nscrito no
CNPJ nº 01.606.852/0001-90, com sede na I	Rua João <i>i</i>	Assink, n ^o 32	2, Centro B	ociana do
Sul-SC, por seu prefeito JOÃO EDUARI	DO DELL	A JUSTINA	, aqui der	nominado,
simplesmente, CONTRATANTE,	e,	de	outro	lado,
	_, pessoa	jurídica de d	ireito privad	do inscrita
no CNPJ sob nº	, nes	te ato repres	sentada pe	lo Sr (a).
		com	sede	na
, neste	ato	denominada	a, simp	lesmente,
CONTRATADA, resolvem celebrar este	contrato,	em decorre	ência do	Processo
Administrativo nº 57/2021, vinculado ao Edi	tal do Pre	gão Presenci	al nº 44/20	21, tendo
entre si, como justo e contratado, o que se se	egue:			

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento de combustível, para abastecimento da frota municipal no exercício de 2022, conforme especificações deste edital pregão 44/2021, de acordo com as especificações do Anexo II e proposta apresentada no mesmo edital que passa a fazer parte integrante deste contrato.
- 1.2. Os itens abaixo descritos a serem fornecidos e entregues pela CONTRATADA à CONTRATANTE, conforme cláusulas deste contrato, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QUAN T	MARC A	VALO R UNITÁ RIO (R\$)	VALO R TOTAL (R\$)

- 1.3. Os materiais serão entregues de forma parcelada, sendo que o abastecimento ocorrerá na sede do município da Contratante, sob a responsabilidade da contratada, por meios de equipamento adequados e pessoal especializado, sendo que as despesas decorres das referidas entregas ficaram a cargo exclusivo da Contratada.
- 1.4. A relação dos materiais objeto do presente contrato são aqueles homologados e adjudicados pela CONTRATANTE, ficam anexo ao presente instrumento como parte integrante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO



- 2.1. A CONTRATADA fornecerá ao MUNICIPIO os produtos pelo preço correspondente, conforme dispostos na cláusula primeira, e de acordo com os itens homologados e adjudicados pela contratante.
- 2.2. O Fornecimento deverá ser feita dentro dos estritos padrões de qualidades exigíveis, sendo assim considerada a que esteja conforme a legislação vigente, especialmente no que se refere às normas e regulamentos atinentes à vigilância sanitária estadual e à agência reguladora (ANVISA), assim como as disposições deste contrato e do edital a ele vinculado.
- 2.3. As entregas dos itens objeto do presente instrumento serão de forma parcelada, de acordo com a necessidade da secretaria, durante todo o exercício de 2022.
- 2.4. Os produtos deverão ser entregues, de acordo com o contido na Autorização de Fornecimento emitido pela Contratante, bem como no local e horário ora indicado.
- 2.3. A CONTRATADA fornecerá ao MUNICIPIO os produtos pelo preco correspondente. indicado na autorização de fornecimento, imediatamente, mediante apresentação da solicitação/autorização de fornecimento.

		~	S VALORE		VIENTO, DO	KEA	JU51	E, DA RE	:VISAU E	: DA
3.1. (0	valor			Contrato					
media	inte A	utorizaç	e forma pa	arcelada rnecimen	de acordo d to a ser emi	om a	nece	essidade d	lo municí	pio,
emitic com	la pela os va	a Contra	tante, dev escritos r	endo os	inhada da res valores dos logação e a	itens	da co	onta estar	em de ac	cordo
em a comp e com media de tit	té 30 rovant n as di inte ch ularida	(trinta) e de rec sposiçõe neque, d ade da _; Bance	dias a contraction dias a contraction dias do Edit dias do Edit dias dias dias dias dias dias dias dias	ontar da realizado al do Pre ancário o .TADA: o	à CONTRAT data da ap de acordo d gão Presend u transferênd conta-corrent Pr rente a TED	oreser com a cial 44 cia pa ce nº refere	ntação is cláu 4/2021 ara a s	da nota usulas dest 1, e podera seguinte c	fiscal co te instrum á ser efet conta-corr ; agé	om o nento uado ente, ência
					pago se cor				o na indi	icado

Autorização de fornecimento para cada item para cada item, assim como às exigências da cláusula 2.4, não se responsabilizando o município por despesas com encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, responsabilidades administrativas (multas), civis (inclusive as decorrentes de indenizações pela deficiência no fornecimento) ou outras decorrentes de terceiros subcontratados para a entrega e fornecimento de acordo com este contrato, que competem exclusivamente à CONTRATADA.



- 3.5. Os preços indicados na CLÁUSULA PRIMEIRA serão fixos e irreajustáveis, podendo haver revisão dos preços na hipótese de comprovação dos requisitos do art. 65, II, 'd', da Lei 8.666/93.
- 3.6. No caso de inadimplemento contratual por parte da PREFEITURA, não efetuado o pagamento devido no prazo estabelecido, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores correspondentes às notas fiscais serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, conforme determina o art. 117 da Constituição Estadual.
- 3.7. É condição para o pagamento o valor constante na Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, e com o Instituto Nacional do Seguro Social INSS.
- 3.8. Poderá ainda ser exigido como critério de pagamento que o fornecedor apresente qualquer das licenças, registro ou autorizações mencionadas nesse edital.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura e seu término ficará adstrito aos respectivos créditos orçamentários do ano base de 2022.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão a conta da dotação assim consignada no orçamento vigente para o Exercício de 2022, de acordo com a Secretaria correspondente:

Cod	Uni. Orç	Pro ativ	Elemento	Compl	Saldo Dotação R\$
50	02.01	2003	3390	3390300100000	38.801,00
351	10.01	2051	3390	3390300100000	6.936,40
340	10.01	2061	3390	3390300100000	13.898,00
304	10.01	2050	3390	3390300100000	9.703,40
302	10.01	2050	3390	3390300100000	9.703,40
301	10.01	2050	3390	3390300100000	9.703,40
300	10.01	2050	3390	3390300100000	9.703,40
295	10.01	2011	3390	3390300100000	3.474,50
272	07.01	2043	3390	3390300100000	50.594,90
271	07.01	2043	3390	3390300100000	82.537,50
269	07.01	2043	3390	3390300100000	279.921,20
266	07.01	2044	3390	3390300100000	2.084,70
265	07.01	2044	3390	3390300100000	19.796,40
264	07.01	2044	3390	3390300100000	48.001,80
230	07.01	2048	3390	3390300100000	2.084,70
218	07.01	2040	3390	3390300100000	19.822,50
122	05.01	2021	3390	3390300100000	55.845,00
352	10.01	2051	3390	3390300100000	9.008,50
121	05.01	2021	3390	3390300100000	69.567,50
89	05.01	2018	3390	3390300100000	12.460,50



56	04.01	2012	3390	33903001000000	20.847,00
45	04.01	2017	3390	33903001000000	10.978,00
20	03.01	2009	3390	33903001000000	20.847,00
120	05.01	2021	3390	33903001000000	224.867,00
355	10.01	2051	3390	33903001000000	2.767,00

CLÁUSULA SEXTA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

6. A inexecução, parcial ou total, das suas obrigações, sujeitará a CONTRATADA às sanções dispostas na Lei Federal 8.666/93, nos artigos 77 a 80, 86, 87 e 88, e no art. 7º da Lei 10.520/2002, além do pagamento de multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, mais 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do pedido, por dia de atraso, em relação à data prevista para a entrega dos produtos nele referidos, independentemente de outras sanções por perdas e danos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o(s) acréscimo(s) ou a(s) supressão (ões) que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor indicado na cláusula primeira, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' e § 1º, da Lei 8.666/93.
- 7.2. Poderá ainda haver alteração nas cláusulas deste contrato nas demais hipóteses previstas no art. 65 da Lei 8.666/93.
- 7.3. A PREFEITURA reserva-se no direito de adquirir parte ou todos os quantitativos licitados, sem que caiba a qualquer licitante indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 8.1 Este contrato poderá ser rescindido, formalmente motivados nos autos do processo de licitação a ele vinculado, assegurado o contraditório e a ampla defesa do contratado, nas hipóteses do art. 78 da Lei de Licitações.
- 8.2. O presente contrato, poderá ainda ser rescindido se motivado por qualquer das hipóteses previstas na Lei 8666/1993 e Lei 10.520/2002, bem como demais dispositivos desse edital

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CONTRATANTES

- 9.1. A CONTRATANTE obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato e, especialmente:
- a) ao pagamento na forma prevista na CLÁUSULA TERCEIRA;
- b) a conferir e certificar, no ato de entrega e recebimento dos produtos, a quantidade entregue e declarada na respectiva nota fiscal e sua compatibilidade com a respectiva solicitação (autorização de fornecimento), bem como a qualidade dos produtos e sua adequação com a legislação vigente, bem como no que se refere a este contrato, especialmente conforme cláusula 2.4, 9.2, e demais cláusulas desse contrato;



- c) a não receber nota fiscal apresentada com preenchimento em desacordo com este contrato;
- d) a certificar por escrito qualquer descumprimento ou anomalia no fornecimento, quantidades, irregularidade ou inadequação da nota fiscal com os preços e demais cláusulas deste contrato, devolvendo a nota fiscal preenchida inadequadamente para que a CONTRATADA tome as medidas cabíveis, podendo conceder prazo razoável para a regularização, sob pena de responder pela inexecução deste instrumento;
- e) a fiscalizar o cumprimento deste contrato, sem que, com isto, signifique transferência das responsabilidades da CONTRATADA.

9.1.1	Para via	abilizar o cı	umprir	nento d	las ob	origaçõe	s prev	istas nesta c	dausula	a PRE	:FEITURA
design	na o(a)	servidor(a	a)					para	atuar	na co	ndição de
fiscal	deste	contrato,	bem	como	fica	desde	logo	designado	como	fiscal	substituto

- 9.1.2 O fiscal do contrato poderá, a seu critério devidamente justificado, conceder prazo maior que o previsto na alínea 'c' deste item, mediante justificativa plausível apresentada por escrito pela CONTRATADA.
- 9.1.3. A ausência de recusa no ato de entrega por parte do MUNICIPIO não exime a CONTRATADA da responsabilidade de providenciar a substituição dos produtos fornecidos em desacordo com este instrumento, especialmente quando se constatar posteriormente vícios ocultos ou qualquer outra irregularidade.
- 9.2. A CONTRATADA obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato, e será responsável pela entrega somente de produtos adequados e de qualidade, respondendo perante a PREFEITURA e perante terceiros nos casos em que seus produtos vierem a causar danos aos terceiros a que eles se destinam, caso em que ficará obrigada a indenizar todos os danos e prejuízos causados, sejam eles de ordem material ou moral. Se obriga, ainda, ao seguinte:
- a) A cumprir rigorosamente os prazos deste contrato;
- A entregar os produtos de acordo com as necessidades da Secretaria diretamente interessada, sem custos adicionais além dos que já estão previstos na cláusula primeira item homologados e de acordo com as respectivas Autorizações de Fornecimento;
- c) Providenciar a imediata correção das irregularidades eventualmente apontadas pela Secretaria competente ou pelo fiscal do contrato e não reincidir nas mesmas irregularidades, sob pena da aplicação das sanções deste instrumento;
- d) Responsabilizar-se pela entrega somente de produtos adequados ao consumo, conforme a legislação vigente, especialmente as normatizações de caráter compulsório expedidas pelo INMETRO, pela ABNT ou pela ANP;
- e) Apresentar à Contratante a qualquer tempo, certificado de qualidade do combustível, garantindo eficiência e qualidade dos produtos, quando solicitado pela Contratante;
- Não será aceita carta de comprometimento de troca de mercadoria.
- g) Não serão aceitas mercadorias com especificações diferentes as solicitadas.
- h) Manter atualizados durante toda a vigência do contrato os documentos apresentados por ocasião da habilitação, assim como comunicar a PREFEITURA de eventual impedimento em contratar com o Poder Público, seja ele decorrente do art. 9º da Lei de Licitações, ou da Lei de Improbidade Administrativa, ou de qualquer das hipóteses de impedimento previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2021 ou que tenha sido objeto das declarações constantes nos anexos deste edital;



- i) Responsabilizar-se pela entrega dos produtos acompanhados dos documentos necessários ao recebimento (nota fiscal), bem como a eventuais comprovações e licença suscitados pela Contratante; e
- j) Garantir a qualidade dos produtos, obrigando-se à reposição dos que venham a apresentar defeito no respectivo prazo de validade;
- k) Em até 30 (trinta) dias após assinatura do Contrato, apresentar Atestado de Qualidade do Combustível, emitido por empresa especializada;
- I) Também em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, apresentar Laudo de Aferição das bombas de combustíveis, emitido/chancelado pelo INMETRO;
- m) Em relação aos documentos mencionados nas alíneas "k" e "l", poderá o município solicitar a qualquer tempo durante a vigência do presente contrato, os referidos documentos, quando terá a contratada o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ELEIÇÃO DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Para os casos omissos, aplicar-se-ão subsidiariamente, além das disposições do Edital de Pregão Presencial nº 44/2021, as disposições da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/2002.
- 10.2. Fica eleito o foro da Comarca de Lages SC para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

Bocaina do Sul,	de	de
Município de Bocaina do Sul Contratante		
Contratada		
Testemunha: CPF:		
Testemunha:		



MINUTA DO CONTRATO A SER FIRMADO COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL – SC

PREGÃO Nº 44/2021

(Vinculado ao Processo Administrativo nº 57/2021)

Pelo presente instrumento, de um lado	o FUN	DO ML	JNICIPAL	DE SA	UDE DO
MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL – SC, in:	scrito no	CNPJ	sob nº 11.	679.183	3/0001-30,
com sede na Rua João Assink, 456, Centro	o, em E	ocaina	do Sul - S	SC, rep	resentado
pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde,	Sr. ADF	RIANY L	LUCIANO,	aqui dei	nominado,
simplesmente, CONTRATANTE,	e,	C	de d	outro	lado,
	_, pesso	a jurídio	ca de direi	to priva	do inscrita
no CNPJ sob nº	, r	este at	o represer	ntada pe	elo Sr (a).
		com	•	sede	na
, neste	ato	den	ominada,	simp	olesmente,
CONTRATADA, resolvem celebrar este	contrat	o, em	decorrênc	cia do	Processo
Administrativo nº 57/2021, vinculado ao Edirentre si, como justo e contratado, o que se se		regão F	Presencial	nº 44/20)21, tendo

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.5. O presente contrato tem por objeto o fornecimento de combustível, para abastecimento da frota municipal no exercício de 2022, conforme especificações deste edital pregão 44/2021, de acordo com as especificações do Anexo II e proposta apresentada no mesmo edital que passa a fazer parte integrante deste contrato.
- 1.6. Os itens abaixo descritos a serem fornecidos e entregues pela CONTRATADA à CONTRATANTE, conforme cláusulas deste contrato, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QUAN T	MARC A	R	VALO R TOTAL (R\$)

1.7. Os materiais serão entregues de forma parcelada, sendo que o abastecimento ocorrerá na sede do município da Contratante, sob a responsabilidade da contratada, por meios de equipamento adequados e pessoal especializado, sendo que as despesas decorres das referidas entregas ficaram a cargo exclusivo da Contratada.



1.8. A relação dos materiais objeto do presente contrato são aqueles homologados e adjudicados pela CONTRATANTE, ficam anexo ao presente instrumento como parte integrante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO

- 2.1. A CONTRATADA fornecerá ao MUNICIPIO os produtos pelo preço correspondente, conforme dispostos na cláusula primeira, e de acordo com os itens homologados e adjudicados pela contratante.
- 2.2. O Fornecimento deverá ser feita dentro dos estritos padrões de qualidades exigíveis, sendo assim considerada a que esteja conforme a legislação vigente, especialmente no que se refere às normas e regulamentos atinentes à vigilância sanitária estadual e à agência reguladora (ANVISA), assim como as disposições deste contrato e do edital a ele vinculado.
- 2.3. As entregas dos itens objeto do presente instrumento serão de forma parcelada, de acordo com a necessidade da secretaria, durante todo o exercício de 2022.
- 2.4. Os produtos deverão ser entregues, de acordo com o contido na Autorização de Fornecimento emitido pela Contratante, bem como no local e horário ora indicado.
- 2.3. A CONTRATADA fornecerá ao MUNICIPIO os produtos pelo preço correspondente, indicado na autorização de fornecimento, imediatamente, mediante apresentação da solicitação/autorização de fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES.

3.1.	C) valo	r	global	deste	Contrato	é	de	R	\$		
(),	sendo	que	а
entre	ga	ocorrerá	de	forma	parcelada	de acordo	com	a ne	cessic	lade do	municí	ípio,
medi	ante	e Autoriz	zaçã	io de F	ornecimer	nto a ser e	mitida	pela	Cont	ratante,	de acc	ordo
com	os i	tem hom	olo	gados p	oara a Con	tratada.						

- 3.2. As notas fiscais deveram vir acompanhada da respectiva autorização de fornecimento emitida pela Contratante, devendo os valores dos itens da conta estarem de acordo com os valores descritos na homologação e adjudicação do processo Pregão Presencial 44/2021.
- 3.3. O pagamento pela CONTRATANTE à CONTRATADA será efetuado pela Tesouraria em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da nota fiscal com o comprovante de recebimento realizado de acordo com as cláusulas deste instrumento e com as disposições do Edital do Pregão Presencial 44/2021, e poderá ser efetuado mediante cheque, depósito bancário ou transferência para a seguinte conta-corrente, de titularidade da CONTRATADA: conta-corrente nº _______; agência ______; Banco ________. Preferencialmente Banco do Brasil, pois pode ter valores descontados referente a TED.
- 3.4. O preço da nota fiscal só será pago se corresponder ao indicado na indicado Autorização de fornecimento para cada item para cada item, assim como às exigências da cláusula 2.4, não se responsabilizando o municipio por despesas com encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, responsabilidades administrativas (multas), civis (inclusive as



decorrentes de indenizações pela deficiência no fornecimento) ou outras decorrentes de terceiros subcontratados para a entrega e fornecimento de acordo com este contrato, que competem exclusivamente à CONTRATADA.

- 3.5. Os preços indicados na CLÁUSULA PRIMEIRA serão fixos e irreajustáveis, podendo haver revisão dos preços na hipótese de comprovação dos requisitos do art. 65, II, 'd', da Lei 8.666/93.
- 3.6. No caso de inadimplemento contratual por parte da PREFEITURA, não efetuado o pagamento devido no prazo estabelecido, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores correspondentes às notas fiscais serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, conforme determina o art. 117 da Constituição Estadual.
- 3.7. É condição para o pagamento o valor constante na Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, e com o Instituto Nacional do Seguro Social INSS.
- 3.8. Poderá ainda ser exigido como critério de pagamento que o fornecedor apresente qualquer das licenças, registro ou autorizações mencionadas nesse edital.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura e seu término ficará adstrito aos respectivos créditos orçamentários do ano base de 2022.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão a conta da dotação assim consignada no orçamento vigente para o Exercício de 2022, de acordo com a Secretaria correspondente:

Cod	Uni.	Pro	Elemento	Compl	Saldo Dotação R\$
	Orç	ativ			
119	09.01	2080	3390	33903001000000	7.379,84
118	09.01	2080	3390	33903001000000	4.996,33
117	09.01	2080	3390	33903001000000	4.996,33
96	09.01	2075	3390	33903001000000	11.068,00
94	09.01	2075	3390	33903001000000	13.835,00
93	09.01	2075	3390	33903001000000	11.068,00
50	09.01	2063	3390	33903001000000	39.895,20
49	09.01	2063	3390	33903001000000	29.701,40
48	09.01	2063	3390	33903001000000	20.320,25
47	09.01	2063	3390	33903001000000	20.320,25
46	09.01	2063	3390	33903001000000	89.591,70
45	09.01	2063	3390	33903001000000	62.440,20

CLÁUSULA SEXTA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

6. A inexecução, parcial ou total, das suas obrigações, sujeitará a CONTRATADA às sanções dispostas na Lei Federal 8.666/93, nos artigos 77 a 80, 86, 87 e 88, e no art. 7º da



Lei 10.520/2002, além do pagamento de multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, mais 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do pedido, por dia de atraso, em relação à data prevista para a entrega dos produtos nele referidos, independentemente de outras sanções por perdas e danos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o(s) acréscimo(s) ou a(s) supressão (ões) que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor indicado na cláusula primeira, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' e § 1º, da Lei 8.666/93.
- 7.2. Poderá ainda haver alteração nas cláusulas deste contrato nas demais hipóteses previstas no art. 65 da Lei 8.666/93.
- 7.3. A PREFEITURA reserva-se no direito de adquirir parte ou todos os quantitativos licitados, sem que caiba a qualquer licitante indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 8.1 Este contrato poderá ser rescindido, formalmente motivados nos autos do processo de licitação a ele vinculado, assegurado o contraditório e a ampla defesa do contratado, nas hipóteses do art. 78 da Lei de Licitações.
- 8.2. O presente contrato, poderá ainda ser rescindido se motivado por qualquer das hipóteses previstas na Lei 8666/1993 e Lei 10.520/2002, bem como demais dispositivos desse edital

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CONTRATANTES

- 9.1. A CONTRATANTE obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato e, especialmente:
- f) ao pagamento na forma prevista na CLÁUSULA TERCEIRA;
- g) a conferir e certificar, no ato de entrega e recebimento dos produtos, a quantidade entregue e declarada na respectiva nota fiscal e sua compatibilidade com a respectiva solicitação (autorização de fornecimento), bem como a qualidade dos produtos e sua adequação com a legislação vigente, bem como no que se refere a este contrato, especialmente conforme cláusula 2.4, 9.2, e demais cláusulas desse contrato;
- h) a não receber nota fiscal apresentada com preenchimento em desacordo com este contrato;
- i) a certificar por escrito qualquer descumprimento ou anomalia no fornecimento, quantidades, irregularidade ou inadequação da nota fiscal com os preços e demais cláusulas deste contrato, devolvendo a nota fiscal preenchida inadequadamente para que a CONTRATADA tome as medidas cabíveis, podendo conceder prazo razoável para a regularização, sob pena de responder pela inexecução deste instrumento;
- j) a fiscalizar o cumprimento deste contrato, sem que, com isto, signifique transferência das responsabilidades da CONTRATADA.



9.1.1	Para via	abilizar o c	umprin	nento d	las ob	origaçõe	s prev	ristas nesta d	dausula	a PRE	FEITURA
design	na o(a)	servidor(a	a)					para	atuar	na co	ndição de
fiscal	deste	contrato,	bem	como	fica	desde	logo	designado	como	fiscal	substituto

- 9.1.2 O fiscal do contrato poderá, a seu critério devidamente justificado, conceder prazo maior que o previsto na alínea 'c' deste item, mediante justificativa plausível apresentada por escrito pela CONTRATADA.
- 9.1.3. A ausência de recusa no ato de entrega por parte do MUNICIPIO não exime a CONTRATADA da responsabilidade de providenciar a substituição dos produtos fornecidos em desacordo com este instrumento, especialmente quando se constatar posteriormente vícios ocultos ou qualquer outra irregularidade.
- 9.2. A CONTRATADA obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato, e será responsável pela entrega somente de produtos adequados e de qualidade, respondendo perante a PREFEITURA e perante terceiros nos casos em que seus produtos vierem a causar danos aos terceiros a que eles se destinam, caso em que ficará obrigada a indenizar todos os danos e prejuízos causados, sejam eles de ordem material ou moral. Se obriga, ainda, ao seguinte:
- a) A cumprir rigorosamente os prazos deste contrato;
- b) A entregar os produtos de acordo com as necessidades da Secretaria diretamente interessada, sem custos adicionais além dos que já estão previstos na cláusula primeira item homologados e de acordo com as respectivas Autorizações de Fornecimento;
- c) Providenciar a imediata correção das irregularidades eventualmente apontadas pela Secretaria competente ou pelo fiscal do contrato e não reincidir nas mesmas irregularidades, sob pena da aplicação das sanções deste instrumento;
- d) Responsabilizar-se pela entrega somente de produtos adequados ao consumo, conforme a legislação vigente, especialmente as normatizações de caráter compulsório expedidas pelo INMETRO, pela ABNT ou pela ANP;
- e) Apresentar à Contratante a qualquer tempo, certificado de qualidade do combustível, garantindo eficiência e qualidade dos produtos, quando solicitado pela Contratante;
- f) Quando solicitado apresentar também à contratada atestado de aferição de todas as bombas que promovem o abastecimento;
- g) Não será aceita carta de comprometimento de troca de mercadoria.
- h) Não serão aceitas mercadorias com especificações diferentes as solicitadas.
- i) Manter atualizados durante toda a vigência do contrato os documentos apresentados por ocasião da habilitação, assim como comunicar a PREFEITURA de eventual impedimento em contratar com o Poder Público, seja ele decorrente do art. 9º da Lei de Licitações, ou da Lei de Improbidade Administrativa, ou de qualquer das hipóteses de impedimento previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2021 ou que tenha sido objeto das declarações constantes nos anexos deste edital;
- j) Responsabilizar-se pela entrega dos produtos acompanhados dos documentos necessários ao recebimento (nota fiscal), bem como a eventuais comprovações e licença suscitados pela Contratante; e
- k) Garantir a qualidade dos produtos, obrigando-se à reposição dos que venham a apresentar defeito no respectivo prazo de validade;
- I) Também em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, apresentar Laudo de Aferição das bombas de combustíveis, emitido/chancelado pelo INMETRO;
- m) Em relação aos documentos mencionados nas alíneas "k" e "l", poderá o município solicitar a qualquer tempo durante a vigência do presente contrato, os referidos documentos, quando terá a contratada o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA ELEIÇÃO DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Para os casos omissos, aplicar-se-ão subsidiariamente, além das disposições do Edital de Pregão Presencial nº 44/2021, as disposições da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/2002.
- 10.2. Fica eleito o foro da Comarca de Lages SC para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

	Bocaina do Sul,	de	de
Fundo Mun	nicipal de Saúde de Bo	 ocaina do Sul	
Contratada	Υ		
Testemunh CPF:	na:		
Testemunh	na:		



ANEXO V

Processo administrativo 57/2021 Pregão Presencial: 44/2021 Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul

DECLARAÇÃO

	<razao< th=""><th>SOCIAL</th><th>DA</th><th>EMPRESA)</th><th></th><th>CNP</th><th>J</th><th>n⁰</th><th>_<</th></razao<>	SOCIAL	DA	EMPRESA)		CNP	J	n⁰	_<
xxxxxxxx	xxxxx>, :	sediada en	n	<ende< td=""><td>REÇO COM</td><td>1ERCIA</td><td>۱L></td><td>·</td><td>,</td></ende<>	REÇO COM	1ERCIA	۱L>	·	,
por	intermédio	de	!	seu	representa	ante		le	gal,
Sr.(Sra.)			-	,	portador(a)	da C	art	eira	de
Identidade	nº			e do CPF º_					,
DECLARC), para os de	vidos fins o	do disp	oosto no incis	so V do art. 2	27 da L	.ei	nº 86	366,
de 21 de ju	unho de 1993	3, acrescido	pela	Lei nº 9.854,	de 27 de out	ubro de	19	999,	que
não empre	ego menor de	e dezoito a	nos er	m trabalho no	turno, perigo	so ou	ins	alubi	re e
(assinalar	com "X", con	forme o cas	so):						
() não em	ıprega menoi	de dezess	eis an	os.					
() empreg	ga menor, a p	artir de qua	atorze	anos, na cond	dição de apre	endiz.			
			de		de 2021				

Carimbo e assinatura Representante Legal

ANEXO VI

Processo administrativo: 57/2021 Pregão Presencial: 44/2021

CPF:

Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

nome/razão social) n°	, inscrita no CNPJ _, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) , (cargo desempenhado na
cabíveis e sob as pe porte nos termos c	, (cargo desempermado na, DECLARA, sob as sanções administrativas nas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno da legislação vigente, não possuindo nenhum dos os no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.
	Local e data:
Nome e as RG:	ssinatura do representante legal da empresa:



	Local e data:
 N RG	Nome e assinatura do contador da empresa:
CP CR	
CK	O .
	ANEXO VII
Processo administrat	
Pregão Presencial: 44 Prefeitura Municipal d	
•	
	EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NA LEI DE
IMPROBIDADE ADI	MINISTRATIVA – LEI 8.429, DE 02 DE JUNHO DE 1992.
(nomo/rozão opcial)	incerite no CND I
(nome/razao sociai) n°	, inscrita no CNPJ _, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a)
	, (cargo desempenhado na DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis
e sob as penas da	lei, não haver em seu quadro societário nenhum sócio
majoritário que esteja i	mpedido de contratar com o poder público por aplicação do
	cumulado com os arts. 9 a 11, da Lei 8.429, de 02 de junho
	caso venha a ser declarado vencedor da licitação acima juente assinatura do contrato, me comprometo a comunicar
o Poder Público caso h	naja o impedimento acima supervenientemente à assinatura
do contrato.	
	Local e data:



Nome e assinatura do representante legal da empresa:

RG: CPF:



ANEXO VIII

Processo administrativo: 57/2021

Pregão Presencial: 44/2021

Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NO ART. 9º DA LEI 8.666/93 E ITENS 7.3 E 7.4 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 44/2021.

(nome/razão social)	, inscrita no CNPJ
n°,	por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a)
	, (cargo desempenhado na
	, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis
•	ão haver impedimento de contratar com o poder público por
	Lei 8.666/93 ou por aplicação do disposto nos itens 7.3 e
9	o Presencial nº 44/2021, assim como, caso venha a ser
	licitação acima referida, com a conseqüente assinatura do
· •	to, sob as penas da Lei, a comunicar o Poder Público caso
surja o impedimento aci	ma supervenientemente à assinatura do contrato.
	Local e data:
	2000. 0 data.
Nome 6	e assinatura do representante legal da empresa:
RG:	
CPF:	